

No dia vinte e oito do mês de Abril do ano de dois mil e sete, pelas nove horas, nesta vila de Montalegre, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a segunda sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Discussão e votação da acta da 1ª sessão ordinária.

2 – Expediente para conhecimento.

3 – Período Antes da Ordem do Dia

4 – Período da Ordem do Dia

4.1 - Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da actividade do município, bem como da respectiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea e), do n.º 1, do artigo 53.º, e n.º 4, do artigo 68.º, ambos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

4.2 - Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do exercício económico de 2006 – mapas de prestação de contas e relatório de gestão.

4.3 - RESAT / Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA / Relatórios e Contas relativo ao exercício económico de 2006 / Para conhecimento.

4.4 - Associação Promotora do Ensino de Enfermagem em Chaves / Relatórios e Contas relativo ao exercício económico de 2006 / Para conhecimento.

4.5 - Região de Turismo do Alto Tâmega e Barroso / Documentos de Prestação de Contas relativos ao exercício de 2006 / Para conhecimento.

5 – Período Após a Ordem do Dia.

Efectuou-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes 56 membros. Não compareceram à chamada os deputados Fernando Calvão, Guilhermina Costa, Teixeira Gomes, Ana Dias, Nuno Justo, Sandra Carvalho, Maria Sousa, Alexandra Antunes, João Duarte, António Santos, João Surreira, Joaquim Lourenço, José Ferrage e Armando Duarte.

No prazo legal, justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Fernando Calvão, Guilhermina Costa, Teixeira Gomes, Alexandra Antunes, Acácio Gonçalves, Duarte Calhelha, Pedro Giesteira, Manuel Antunes, António Miranda, Domingos Afonso e Ricardo Moura.

Não justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Nuno Justo, Luís Carril e António Dias.

Registando-se quorum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

1 – Leitura, discussão e votação da acta da 1ª sessão ordinária.

A acta da sessão ordinária do dia dezassete de Fevereiro de 2007 foi posta à consideração, tendo os deputados Francisco Surreira, Acácio Moura e Paulo Barroso feito alguns reparos.

O deputado Francisco Surreira disse que ouviu a gravação da penúltima sessão da Assembleia Municipal e que a intervenção do deputado António Ferreira nada tem a ver com o que está transcrito na acta, pois na acta diz que o que se passou na quinta da Veiga é o retrato das pessoas que lá trabalharam e na gravação pode-se comprovar que nada disso foi dito.

O deputado Acácio Moura disse que na página 9, na declaração de voto por ele entregue, há um lapso, pois diz que ele votou contra as obras em Pitões, Cabril e Tourém mas, na realidade, ele votou a favor dessas obras mas votou contra a construção das portas do PNPG em Paradela.

O deputado Paulo Barroso prescindiu da intervenção uma vez que a correcção que queria fazer foi feita pelo deputado Acácio Moura com o mesmo teor.

Posta a votação, a acta foi aprovada por maioria com 4 abstenções, sendo que estas são referentes a deputados que faltaram à sessão anterior.

2 - Expediente para conhecimento

O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento do expediente recebido.

A Assembleia tomou conhecimento.

3 - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Inscreveram-se para intervir os deputados Luís Carril, António Ferreira, Domingos Vasconcelos, João Soares, Luís Pereira, Ricardo Moura, Acácio Moura, Pedro Giesteira, António Dias e Joaquim Pires.

O deputado Luís Carril disse que foi informado pela Câmara que está a concurso a obra de beneficiação e de adaptação da Casa do Capitão a pólo do Ecomuseu, com exposição de museu, auditório e biblioteca. Pelo que viu na cabimentação para 2007 nada disto lá consta. Pergunta quando é que a obra termina ou abre parcialmente pois já se arrasta há muito tempo.

Alertou para o facto de se estar a fazer, pela terceira vez, o acesso à ponte na estrada Salto- Borralha e a obra continua com bastantes defeitos e com curvas bastantes fechadas.

Disse que na ponte velha em Salto, ao pé do Borda d'Água, foi feita uma represa mas não se teve em conta que o terreno do lado era mais baixo do que o nível do rio e logo que há mais chuva fica tudo inundado.

Reparou que já estavam a tentar corrigir esse erro com a colocação de pedras no muro, mas não deve ser suficiente para aguentar as forças da água.

O deputado António Ferreira saudou todos os autarcas do Alto Tâmega pela forma persistente e até teimosa como protegeram o funcionamento das urgências médico- cirúrgicas de Chaves e o reforço das urgências de Montalegre.

Perguntou sobre a situação do tribunal de Montalegre e qual o seu futuro.

Perguntou em que ponto está o canil intermunicipal pois Montalegre encontra-se numa época em que recebe muitos visitantes e a chaga dos cães continua.

Disse que as pessoas deveriam ser mais civilizadas na forma como colocam o lixo dentro dos contentores e dos ecopontos.

Perguntou em que ponto está o desenvolvimento e criação de novos parques eólicos no concelho de Montalegre.

O deputado Domingos Vasconcelos lembrou que na estrada de Cabril a Fafião estão a ser executados alguns cortes de pinheiros, o que torna a estrada perigosa e disse que o Presidente da Câmara deveria colocar railes de protecção na estrada de Fafião à barragem de Salamonde pois há ravinas perigosas.

Disse ainda que a estrada de Ferral está a ficar cada vez mais danificada e convém arranjar-la antes que piore.

Alertou para as casas em ruínas que constituem perigo público e onde a Câmara deve intervir.

Disse que foi prometido, em anteriores mandatos socialistas, o saneamento para Sidrós, Vila Nova e Ferral. Pergunta se vai ser feito ou não.

O deputado João Soares falou sobre o 25 de Abril, referindo que saudosistas se prepararam para celebrar o Estado Novo. O 25 de Abril significa liberdade e democracia. É uma data para relembrar e homenagear aqueles que lutaram pelos seus ideais e desenvolveram o ar saudável da liberdade. Saudou também o povo anónimo que aderiu à revolução.

Disse que o país não está bem, mas isso não nos dá direito de reclamar o antes 25 de Abril. Disse que se deve louvar o desenvolvimento local que abrangeu todo o país, reconhecendo todas as dificuldades que ainda têm de ser vencidas, pois sempre que se faz mais e melhor, mais e melhor temos que fazer.

Salientou que o Dr. Jorge Sampaio foi nomeado Alto Comissário da ONU e tal nomeação é prestigiante e um orgulho para Portugal. Também o Dr. Durão

Barroso é um português destacado no mundo por isso, também manifesta a sua satisfação.

O deputado Luís Pereira disse que, a nível de iluminação pública, a vila de Salto está mal servida, pois já fez reclamações via fax à EDP e apenas 2 ou 3 meses depois é que houve resposta.

Falou sobre a recolha do lixo e disse que apenas às segundas feiras é que é feita de manhã. Nos restantes dias é feita de tarde, ficando o lixo espalhado pela rua e isso fica mal pois estamos a falar de uma artéria principal, mesmo no centro da vila.

O deputado Ricardo Moura disse que toda a gente sabe que o Presidente da Câmara fez uma remodelação nas viaturas, mas esqueceu-se de remodelar as cadeiras do Salão Nobre pois são muito desconfortáveis.

Disse que se deveria fazer uma reunião com a EDP para se discutir a situação dos parques eólicos de forma a que o concelho se possa desenvolver mais e os Presidentes da Junta não sejam obrigados a mendigar certos trabalhos à Câmara.

Perguntou quando é que a Quinta da Veiga é entregue à Câmara pois é triste ver aquele espaço tão bonito abandonado.

Em relação aos funcionários da Zona Agrária, disse que está solidário com eles pois há pessoas com 30 anos de serviço. É certo que pouco faziam, mas a culpa não é deles, é de quem não lhes dava trabalho.

Falou sobre a pista automóvel de Montalegre, que no dia 5 e 6 de Maio vai receber o europeu de Ralicross, e que vai receber milhares de pessoas.

O deputado Acácio Moura alertou que o edifício onde funciona o Instituto de Meteorologia está bastante degradado e que necessita de uma intervenção.

Disse que veio assistir ao espectáculo da sexta-feira 13 em Montalegre e deu os parabéns à organização pois foi um dos melhores eventos. Sugeriu que se colocasse um ecrã gigante fora das torres do castelo para que toda a gente pudesse assistir, pois a gente era tanta que não cabia dentro espaço destinado.

O deputado Pedro Giesteira disse que já tinha alertado a Câmara para a colocação de railes, mas compreende que a autarquia tenha outras prioridades. Sobre a energia eólica, disse que é necessário um estudo de impacto ambiental e que o PNPG limita um pouco esse facto.

O deputado António Dias disse que para o ano 2008 os subsídios da agricultura vão ser feitos em Pitões das Júnias pois já foram lá colocados computadores para o efeito.

Do Salazar disse que não tem saudades pois nessa altura dormia com mais 5 irmãos numa só cama e faziam buracos no colchão para se aquecerem com a palha.

Disse que trouxe um senhor de Braga para visitar Pitões e que ele ficou interessado em comprar muitas casas lá, mas a lei não o está a ajudar nesse sentido e que o concelho assim perde muitos compradores.

Falou sobre o Mosteiro de Pitões das Júnias e disse que é uma vergonha o estado calamitoso em que se encontra.

Disse que a Junta de Freguesia já pediu parecer ao IPPAR e este respondeu favoravelmente, mas apenas para a colocação do telhado. A obra vai avançar com dinheiro das almas da igreja e com o seu vencimento mensal, do qual abdicou.

Pensa que deveria haver uma intervenção de todos e se o Estado não intervém, o Mosteiro deveria ser entregue a particulares interessados.

O deputado Joaquim Pires disse que a estrada de S. Vicente a Montalegre começa a ser uma vergonha para o concelho e que convém pressionar os responsáveis.

O Senhor Presidente da Câmara disse que a obra da Casa do Capitão se está a alongar mas para a próxima semana a empresa “Britalar” vai começar a obra. Demorou mas vai valer a pena, é uma grande obra.

Sobre a estrada da Borralha, disse que concorda que tem bastantes curvas e o ideal era cortá-las, mas os custos eram insustentáveis.

Sobre o espelho de água em Salto, disse que precisa de sustentação e vai embelezar todo o espaço envolvente.

Sobre as urgências médicas, disse que tudo está resolvido. Foi mais alarme do que outra coisa, mas vão existir acertos. A urgência de Montalegre mantém-se e vai ser reforçada.

Sobre o tribunal de Montalegre, disse que se vai manter igual com alguns ajustamentos.

Disse que o canil já funciona em Boticas, mas é difícil apanhar os cães. A Câmara já comprou uma pistola para os imobilizar.

Sobre as energias renováveis, disse que o concelho de Montalegre não está a ser ultrapassado pois existe uma empresa que vale mais de 30 milhões de contos. A EHATB foi um exemplo de aplicação de dinheiro. Por enquanto ainda está em fase de investimento, mas daqui por alguns anos todos os concelhos do Alto Tâmega vão ganhar muito dinheiro. Tem que se acabar com a subsidiação que se faz à EDP e tem que se pensar nas hídricas que também são bastantes rentáveis e ecológicas.

Sobre os railes, disse que são necessários em várias freguesias mas umas são mais prioritárias do que outras.

Sobre as casas em ruínas, disse que é muito difícil intervir técnica e juridicamente.

Sobre o 25 de Abril, disse que é vergonhoso que, numa brincadeira televisiva, apareça o Salazar como figura do século. Só é pena que quem o elegeu não tenha vivido o verdadeiro Salazarismo. O Salazar é o culpado de tudo o que temos de mal no país.

Temos que ter orgulho e defender o 25 de Abril pois hoje temos democracia e liberdade de expressão.

Hoje contesta-se a saúde, a educação e tudo. Antes do 25 de Abril não se contestava pois não se podia, não havia esse direito. O regime do 24 de Abril tem de ser condenado ainda hoje.

Depois do 25 de Abril vêm as regalias sociais, o bem estar, as escolas, as estradas, os meios de comunicação e os transportes. Devia-se ter sentido cívico, crítico e avaliar os benefícios do 25 de Abril.

Disse que Jorge Sampaio, Freitas do Amaral, Durão Barroso, António Guterres e outros anónimos louvam Portugal no mundo.

Sobre a EDP, pediu que fossem entregues os comprovativos dos pedidos para que se possa fazer alguma coisa.

Sobre a recolha do lixo em Salto disse que vai esclarecer com a empresa.

Sobre a Quinta da Veiga, disse que é do Governo e foi paga à Câmara em 1946 para fazer o cemitério, a escola e a estrada de Meixedo. Acredita que a Quinta da Veiga seja entregue à Câmara, mas o Ministro tem outras prioridades. Disse que essa foi uma promessa eleitoral e que vai tentar cumprir. Sobre o encerramento dos serviços do Ministério da Agricultura, disse que não vão acabar com a agricultura pois ela já acabou há muito tempo. Há mudanças que têm que ser feitas, mas manifesta solidariedade para com as pessoas. Ninguém vai ser despedido e os que estavam a mais vão para o quadro de mobilidade. Disse que não é uma situação boa para os funcionários, mas é razoável.

Sobre o edifício dos serviços meteorológicos, disse que está realmente degradado, mas isso é defeito de todos os edifícios públicos.

Sobre a sexta-feira 13, disse que futuramente o espectáculo se vai realizar mais tarde uma vez que as pessoas ainda estão nos restaurantes e vai ser feito fora das torres do castelo.

Inscreveram-se para segunda intervenção os deputados Ricardo Moura, Luís Carril, Domingos Vasconcelos e Nuno Pereira.

O deputado Ricardo Moura disse que os Canedos seguem as leis do Salazarismo, pois vendiam baldios e tudo feito à força pelas Forças Policiais. Valeu a pena o 25 de Abril para acabar com este regime.

O deputado Luís Carril disse que há sítios onde há só um contentor do lixo e não é suficiente. Disse que convém sensibilizar as populações para terem cuidado com a colocação do lixo ao fim de semana, uma vez que o lixo não é levantado e se acumula, por vezes, fora do contentor.

Sobre as eólicas disse que é de louvar os municípios do Alto Tâmega pois trata-se de um autofinanciamento e posteriormente irá tirar bons dividendos.

O deputado Domingos Vasconcelos falou sobre o desmoronamento de uma moradia em Sidrós e disse que é um caso fácil de resolver pois se o projecto não está de acordo com a lei, o projecto deve ser reprovado.

Disse que os trabalhadores da Zona Agrária merecem solidariedade e pergunta se o Governo fosse PSD qual seria a reacção do PS.

O deputado Nuno Pereira disse que a medida do Ministro da Agricultura tem que ser entendida pois não foram só os trabalhadores do Ministério da Agricultura que foram visados.

Disse que os serviços são fechados em consequência da desertificação e não o contrário. O modelo de desenvolvimento falhou e agora há que encontrar outro meio de desenvolvimento rural. Quem tem culpa da agricultura estar como está é o PSD pois não soube aproveitar os fundos comunitários.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu a todos os interpelantes e disse que as medidas do Governo são justas e acima de tudo necessárias.

Sobre os saneamentos, disse que vão ser feitos e são prioritários, mas está dependente da engenharia financeira.

Sobre a recolha do lixo, disse que concorda que tem que ser reforçada mas o maior problema é a falta de civismo.

Disse que o Mosteiro de Pitões pertence à diocese de Vila Real e se houver particulares interessados na sua compra eles que venham à Câmara que ele próprio vai com eles falar com o Bispo.

Disse que já se tentou colocar um grupo de formandos do IEFP para fazerem a limpeza do espaço, mas o IPPAR não concordou e o PNPG também não.

Sobre as casas em ruínas, disse que deveriam pagar contribuição autárquica, mais elevada mas para haver equilíbrio tinha que haver intervenção do Estado.

Falou sobre a Quinta da Veiga e disse que foi um dos melhores projectos que Montalegre teve. Foi uma boa iniciativa colocar 30 técnicos superiores ao dispor da investigação. Montalegre, hoje, tem fama por causa da batata de semente e a Quinta da Veiga teve o seu contributo. Nessa altura Montalegre tinha muita população devido à colonização pois a agricultura era bem explorada, o dinheiro bem aplicado e bem aproveitado.

O deputado Luís Carril apresentou uma moção de solidariedade.

“Montalegre localiza-se num espaço rural onde a agricultura é ainda a actividade exercida pela grande maioria dos seus habitantes; a população na generalidade, mas principalmente a agrícola, é idosa e de fracos recursos económicos; por outro lado, é do conhecimento geral que as perspectivas de emprego ou de criação deste, no nosso concelho, são praticamente uma miragem ou um sonho; sabe-se ainda que as poucas oportunidades de emprego têm sido nos organismos públicos, sendo que nos anos mais recentes o principal é a própria Câmara Municipal; a erosão da população, que conduz de forma acelerada para a desertificação e para o envelhecimento, são factos inquestionáveis; sendo dramático para todo o país é, no entanto, um rude golpe nos concelhos do interior e, Montalegre, será um dos prejudicados, por uma lei que foi apresentada como justa, mas que é de uma cegueira confrangedora e que será talvez a derradeira machadada no mundo rural e no interior, com a desactivação ou redução de serviços públicos necessários e a todos os níveis essenciais; pelo exposto sem partidarismos bacocos, com humanidade, compreensão, confiança nas qualidades e brio profissional dos (as) funcionários (as) do Ministério da Agricultura e de outros que venham a ser alvo de decisão semelhante, proponho a esta Assembleia que seja aprovado um voto de solidariedade para com todos os funcionários (as) e suas famílias, que sendo competentes, porque nada indica o contrário, se encontram, ou venham a encontrar, na situação de mobilidade especial.

Assinado, o deputado municipal Luís Carril.”

Inscreveram-se para intervir os deputados Nuno Pereira, Luís Carril e Manuel Duarte.

O deputado Nuno Pereira disse que a moção entregue pelo deputado Luís Carril tem uma certa hipocrisia política pois se não a tivesse seria entregue em nome da Assembleia Municipal.

O deputado Luís Carril disse que não pretendeu aproveitamento político e deu o exemplo do Ministério da Agricultura pois se esta estivesse desenvolvida, nada disto estaria a acontecer.

Pensa que é um erro que se dispense pessoal e só depois se tente encontrar um meio de desenvolvimento rural.

O deputado Manuel Duarte absteve-se e apresentou a seguinte declaração de voto: “A moção apresentada pelo deputado municipal não é merecedora do meu voto favorável porque se trata de um exercício de retórica política, que não aporta uma ideia nova, tendo apenas como objectivo central granjear a simpatia partidária dos funcionários colocados no quadro de mobilidade e das respectivas famílias.

Esta moção confunde, ou quer deliberadamente confundir, o que é mais grave, as verdadeiras causas para o estado actual da agricultura no concelho de Montalegre, fazendo crer que uma delas, se não a principal, é o processo em curso de reestruturação dos serviços do Ministério da Agricultura no concelho.

Esta posição é assumida a título pessoal e está apenas motivada pela censura que faço de actos de puro aproveitamento político, pois, verdadeira e sinceramente, estou solidário com os funcionários em questão, bem como com as suas famílias, e sou especialmente sensível a esse drama social.”

Deliberação: a moção foi aprovada por maioria com uma abstenção.

4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da actividade do município, bem como da respectiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea e), do n.º 1, do artigo 53.º, e n.º 4, do artigo 68.º, ambos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

O Senhor Presidente da Câmara apresentou o relatório da actividade e situação financeira da autarquia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Luís Carril.

O deputado Luís Carril perguntou qual a duração que vai ter a obra da Casa do Capitão.

Perguntou quando é que arranca o prédio Albino Fidalgo II, o pavilhão desportivo e o centro escolar de Salto e onde vai ser construído.

Disse que, a nível nacional, a legislação que regulamenta o PDM está a ser alterada, por isso é preferível atrasar o do concelho de Montalegre para que seja enquadrado numa fase menos burocrática.

O Senhor Presidente da Câmara, sobre a Casa do Capitão, disse que já foi feito contrato e a obra vai ser concluída em Julho.

Sobre o centro escolar de Salto disse que vai a concurso mesmo sem estar homologado e a localização é no início da estrada para a Borralha, como é do conhecimento do Presidente da Junta de Salto.

Disse que o Prédio Albino Fidalgo II é em Montalegre e o projecto está pronto, mas não arrisca avançar com a obra sem ter certezas relativas ao financiamento, assim como não arrisca avançar com a relva sintética do campo de futebol de Montalegre, pois não são prioritários.

Sobre o PDM, disse que vai seguir os trâmites legais de forma a serem corrigidos certos erros, mas é um processo moroso.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.2 – Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do exercício económico de 2006 – mapas de prestação de contas e relatório de gestão.

O Senhor Presidente da Câmara apresentou os mapas de prestação de contas e relatório de gestão.

Inscreveram-se para intervir os deputados Luís Carril, António Ferreira, Nuno Pereira, Acácio Gonçalves e Paulo Cruz.

O deputado Luís Carril disse que os mapas de prestação de contas e relatório de gestão tecnicamente estão muito completos.

Disse que na execução do plano há uma rubrica de 5 mil euros destinados à urbanização de Salto, Rua da Igreja e estaleiro de Salto. Pergunta o que é isto. Pede explicação sobre a rubrica cabimentada na página 2 para o edifício Albino Fidalgo II em Salto.

Na parte das modificações ao plano, sobre o núcleo de empresas de Salto, em 2006 estava cabimentado 101.000€ e foi corrigido para 500.000 €. Pede explicações sobre o que é, onde se gastou o dinheiro e em que ponto está.

Disse que a dívida aos fornecedores diminuiu ligeiramente pois pagaram-se obras do ano eleitoral. No ano 2006 pouco foi feito, está tudo a ser protelado. Assim, o endividamento em termos absolutos cresceu.

Perguntou porque é que da EHATB estava prevista uma verba elevada que não veio.

Disse que, o plano de execução, em termos de execução financeira e global, fica abaixo dos 61%.

Disse que dada a forma como tem vindo a ser feito, o plano permite um jogo de cintura e falta rigor para o que vai ser feito. Entre o que se diz e o que se faz há uma grande distância e por este motivo vota contra, pois tem uma nova estratégia para o concelho.

Disse ainda que, na parte dos salários, há uma diferença ou erro no valor do vencimento do Presidente da Câmara.

O deputado António Ferreira disse que se preocupou em ler o documento mas que sentiu alguma dificuldade pois apresenta uma grafia muito pequena, mas compreende que assim seja. No entanto, é um instrumento técnico muito bem elaborado. É um documento que está de acordo com a lei e submetido ao Tribunal de Contas.

Disse que deu jeito que a assembleia tivesse sido realizada no último dia do mês de Abril pois assim, através dos meios de comunicação social, veio a

informação de que Câmaras, como a de Aveiro e Vila Nova de Gaia, não têm capacidade de recorrer à banca.

Segundo o que foi referido pelo Presidente da Câmara, o Município de Montalegre não tem esse problema pois a capacidade de endividamento está abaixo do limite e isso deve ser um orgulho para o concelho. O que a maior parte da população montalegrense deseja é que o Presidente da Câmara continue com a sua obra.

O deputado Nuno Pereira disse que o que é importante é a transparência das verbas, pois, do ponto de vista técnico, só se podem fazer observações subjectivas. Disse que apenas lhe interessa que a Câmara tenha capacidade de endividamento e não atinja os limites impostos por lei.

Disse que há investimentos feitos na EHATB que devem agora começar a dar os seus lucros.

Disse que o simplex investimentos vai acarretar trabalhos para que os munícipes tenham a vida facilitada. Por detrás dos números está uma ideologia. É uma forma de gerir o dinheiro.

Relativamente ao Plano Plurianual de Investimento, disse que há algumas rubricas com uma percentagem de execução de 50%, mas tem que se ter em conta que ainda estamos a meio do ano, como disso é exemplo a educação. Tem que se perceber que a percentagem de execução é baixa pois os centros escolares estão em fase de preparação.

Sobre os mapas de empréstimos, disse que gostava que se percebesse que por detrás da dívida estão investimentos necessários e que se deve ter em conta se a dívida está a ser canalizada para o desenvolvimento do concelho.

O deputado Acácio Gonçalves entregou o seguinte documento: “ Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exma. Mesa, Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores: Acácio da Silva Gonçalves, representante do Grupo Municipal do CDS/PP apresenta este documento para que conste na acta desta sessão da Assembleia Municipal.

Analisando a prestação de contas do exercício do ano de 2006 cumpre-me pelo dever inerente de membro desta assembleia, criticar o executivo camarário, aqui na pessoa do Senhor Presidente pela inércia demonstrada ao longo destes sete anos de vigência do Programa Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, não ter ainda adaptado a sua contabilidade àquela norma legal em vigor, apresentando contas baseadas na contabilidade orçamental a patrimonial mas faltando-lhe a CONTABILIDADE DE CUSTOS que transmitiria formalmente a esta assembleia transparência nos actos executados quer na produção de bens quer na prestação de serviços da autarquia que envolvam dinheiros do erário público, obedecendo ao princípio contabilístico da legalidade que se baseia essencialmente na eficiência, eficácia e economia.

Nós membros desta assembleia a quem compete apreciar a conta de gerência da autarquia, perdemo-nos num labirinto de códigos e contas a fim de avaliar os custos de determinado bem ou serviço prestado pela autarquia sem contudo conseguirmos pelos documentos que nos chegam às mãos, quando através de mapas dessa contabilidade saberíamos o apuramento dos custos directos e indirectos de determinado bem que envolveu mão-de-obra, diverso material, envolvimento de máquinas e viaturas, porque tudo isto tem o seu custo dia, hora, etc, etc.

Assim não haveria polémica acerca de determinadas obras que efectuadas por administração directa e saberíamos com eloquência dizer o que foi gasto comediante ou o que foi esbanjado loucamente.

A má gestão anda sempre associada à má informação e lá diz o ditado “quando um não quer dois não casam”.

Sobre a prestação de contas do ano 2006 direi o que sempre disse das anteriores: contas são contas e o contabilizado é o que ficará para a posterioridade e não poderei concordar com aquilo que tenho dúvidas, vejo nestes documentos o endividamento do Município a aumentar se em 2005 era de €13.666.596.00, em 2006 é de €14.541.864.00, as taxas de execução das receitas globais diminuíram 2005-67,7%, 2006- 59,2%; despesas globais 2005-66,2%, 2006- 57,8%; em 2006 as despesas correntes aumentaram e as receitas diminuíram; a taxa de execução da receita global orçamentada foi de 67,7% em 2005 e de 59,2% em 2006; a taxa de execução da despesa global orçamentada foi de 66,2% em 2005 e de 57,8% em 2006.

Quanto ao Plano Plurianual de Investimentos foi um verdadeiro fracasso, já que este plano espelha os objectivos de um município com a taxa de execução de 50,28% inferior à do ano anterior (2005-59,37%).

Os maiores fracassos foram sem qualquer explicação ao nível da saúde com uma taxa de execução de 98,76% em 2005 veio para 0% em 2006; acção social num concelho tão carenciado a taxa de execução 75,485 em 2005 e de 0% em 2006; saneamento baixou de 38,21% em 2005 para 35,33% em 2006; abastecimento de água em 2005 a taxa de execução é de 60,39% e em 2006 a taxa de execução é de 24,96%; comércio e turismo que tratando-se de duas actividades em que se deveria apostar forte estamos em colapso sem investimentos, sendo taxa de execução em 2005 de 62,45% em 2006 a mesma taxa não passou de 24,02%.

Gostaríamos de ser esclarecidos, no entanto ficamos convencidos que o fracasso nos investimentos plurianuais que referimos são reflexo da aposta no investimento do multiusos que no dizer de alguém cá de dentro só será um bom investimento se a sociedade lhe der aproveitamento, o que até à presente data só foi famoso na feira do fumeiro e nem assim porque lhe fala o componente essencial que são as tasquinhas.

A propósito de contabilidade de custos desejávamos ser esclarecidos se houve intervenção do município através da secção das águas na Matadouro Regional do Barroso e Alto Tâmega em que foi todo o sistema de canalização remodelado a fim de funcionar e se essa possível intervenção foi extensiva à ETAR que não funciona e faz descargas directas no rio Beça conforme foi aqui afirmado pelo deputado Paulo Cruz. Também gostaríamos de saber no caso de ter havido intervenção se se atendeu ao facto da despesa efectuada com materiais, viaturas e mão-de-obra satisfaz as normas legais e o princípio de economia, eficiência e eficácia.

Para que haja mais transparência com os subsídios atribuídos, propunha ao Senhor Presidente que os €200.000,00 anuais transferidos para a Cooperativa Agrícola de Batata de Semente de Montalegre a fim de pagar as quotas dos associados na ADS seja efectuada uma relação de todos os associados a quem se pagou as quotas e data de pagamento.

Montalegre, 28 de Abril de 2007

Assinado, Acácio Gonçalves”

O deputado Paulo Cruz disse que os portugueses têm memória curta e que o 25 de Abril tem que ser uma data memorável.

Falou sobre o documento e disse que fez uma análise política e que o documento retrata onde os recursos financeiros são gastos: na área social, na educação, no melhoramento das aldeias, nas associações e na promoção do concelho.

Disse que o documento dá com exactidão a situação financeira da autarquia e, embora a execução seja baixa, a obra existe e as obras não avançam quando não há dinheiro. Os meios financeiros que sustentam o bolo são insuficientes e daí que se recorra ao crédito. Isto demonstra que a capacidade financeira é boa e o documento deve ser aprovado, bem como todas as iniciativas pois foi isso que foi prometido.

Sobre as feiras e promoções do concelho, disse que deve haver mais envolvimento por parte de outras entidades e da população.

Disse que pensou que não houvesse nenhum tipo de divergência política, mas ainda bem que o deputado Luís Carril votou contra, alegando ter outra estratégia para o concelho, pois assim já a pode apresentar nesta assembleia.

O Senhor Presidente da Câmara disse que se analisaram as contas e fizeram-se confusões. Deve-se olhar para o Plano e ver o que está feito e o que ainda não foi feito. As iniciativas maiores estão inseridas no Plano Plurianual, por mandato.

Disse que a contracção da dívida não é do ano eleitoral. É dívida de obra. Os Barrosões quiseram o Multiusos e foi feito e o dinheiro que veio para este espaço não podia ir para mais nada. Houve gente que o queria em Vilar de Perdizes.

Disse que o estaleiro de Salto e o prédio Albino Fidalgo foram retirados pois não constam na verba realizada. A lei é cumprida com transparência. Toda a informação é fornecida para quem quiser e esta Câmara é das que mais informação dá.

Falou sobre a EHATB e disse que esta pagou 100 mil contos de impostos por medo de não se cumprir a lei. Tem objecto social, tem estatutos de promoção da região, de desenvolver estudos e projectos.

Disse que nos últimos anos houve bastante investimento por parte dos Municípios do Alto Tâmega, mas brevemente vão-se colher os frutos. A empresa vale 30 milhões de contos e faz divisão de dividendos por todos os Municípios do Alto Tâmega.

Disse que na análise feita por alguns deputados houve manipulação dos números, mas o relatório e a obra não mentem. A capacidade de endividamento é de 3.5%. É preciso ter-se consciência que o dinheiro não chega para tudo, que se recebeu menos dinheiro dos fundos comunitários, os contratos-programa também foram menos e o Governo deu menos dinheiro.

Disse que as contas são aprovadas pelo Tribunal de Contas e pela DEGAL, sendo cada obra descrita no documento, mas reconhece que há questões técnicas que poderão ser aperfeiçoadas. Há um empolamento de ambição e de suporte à dívida.

Disse que há apoio ao Matadouro pois também há solidariedade social pois se o Matadouro fechasse também se gerava mais desemprego. Não se pode ser solidário apenas com os funcionários da Zona Agrária.

Disse que a Escola de Enfermagem de Chaves tem um prédio que é de todos os Municípios do Alto Tâmega que poderá trazer dinheiro a Montalegre. O Presidente da Câmara de Chaves decidiu nomear novo director de forma a melhorar as condições da escola e foi uma decisão específica.

Disse que tem a listagem dos agricultores beneficiários que pode ser fornecida a quem quiser.

Afirmou que no plano estão descritas iniciativas onde se previa gastar pouco dinheiro mas gastou-se bastante, principalmente nas aldeias. Não se faz só gestão. Há um leque de obras em curso: Prédio Albino Fidalgo, o Parque de Exposições, as margens do Cávado, o Ecomuseu, o AGRIS de Tourém, renovaram-se 4 aldeias e fizeram-se alguns saneamentos. A Câmara teve uma actividade pujante. As receitas correntes superaram as despesas correntes.

Disse que se realizou o plano de acordo com o que foi prometido. Houve rigor financeiro, cumpriu-se a lei, esta Câmara não está na lista das câmaras endividadas e a dívida representa 3.5% da despesa.

Disse que concorda que há uma estratégia diferente e diferente da do PSD pois este nunca a teve e o resultado das eleições são prova disso.

Inscreveram-se para segunda intervenção os deputados Luís Carril, Acácio Gonçalves e Nuno Pereira.

O deputado Luís Carril disse que referiu a questão do estaleiro de Salto e do prédio Albino Fidalgo porque gostava de saber de que se trata, se já teve execução financeira, se já foi feito e em que ponto está a obra.

Perguntou ainda porque motivo o Município de Montalegre ainda não está a receber dinheiro da EHATB e a que se deve a diminuição drástica das receitas desta empresa.

Referiu que a dívida de curto prazo diminuiu e que a dívida de longo prazo aumentou, o que poderá significar que a Câmara, com as candidaturas que se avizinham, tenha que recorrer mais uma vez à banca, aumentando muito o endividamento.

O deputado Acácio Gonçalves disse que o subsídio dado aos agricultores não deve ser desvirtuado e deve ser pago atempadamente.

Disse que a gerência do Matadouro enganou os agricultores com a venda de acções que nunca lhe foram atribuídas. O matadouro não é assim tão benéfico para a população como se diz pois quando se mata uma vaca, metade fica lá.

Disse ainda que a Câmara não pode ajudar uma empresa que pode vir a ser acusada de peculato.

O deputado Nuno Pereira referiu que a sua intervenção foi no sentido de provocar a discussão política de forma a ajudar o órgão executivo a melhorar as condições de vida dos munícipes como disso é exemplo a formação dos jovens do concelho. Disse ainda que apenas dá sugestões.

O Senhor Presidente da Câmara disse que a obra que não teve despesa foi o estaleiro de Salto pois não é uma prioridade.

Disse que o prédio Albino Fidalgo vai arrancar em Montalegre e o edifício Albino Fidalgo em Salto está em fase de estudo com o IGAPHE.

Disse que as verbas da EHATB falharam, mas mesmo assim recebeu-se bastante dinheiro desta empresa. Recebeu-se menos do que era ambição pois arrancaram mais 20 investimentos, com perspectiva de negociação com a EDP para a criação de uma barragem para produção nacional.

Disse que a nova dívida e os novos financiamentos serão colocados à Assembleia e nessa altura será decidido se se recorre à banca ou não.

Sobre o subsídio transferido para a Cooperativa é destinado aos agricultores para pagamento da quota da ADS.

Disse que os serviços do Matadouro são baratos, as taxas que o Governo cobra é que são caras. O Matadouro pode ter problemas de gestão, mas tem que se ter em conta que nasceu com 500 mil contos de dívida e não há nenhuma empresa com esta situação que não tenha aberto falência.

Deliberação: aprovado por maioria com 3 votos contra e três abstenções.

4.3 – RESAT / Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA / Relatórios e Contas relativo ao exercício económico de 2006 / Para conhecimento.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreeveu-se para intervir o deputado Luís Carril.

O deputado Luís Carril disse que se verifica que o Município de Montalegre tem uma divergência com a RESAT e perguntou o que se passa.

Disse que a Associação de Municípios do Vale do Ave tem feito depósito de lixo em Boticas e pergunta se isso acarreta ou não custos para os municípios.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu ao interpelante dizendo que houve uma divergência com a RESAT pois foi cobrada na facturação uma percentagem no depósito de resíduos sólidos em Boticas. Esse assunto foi discutido em reunião da AMAT mas como o Município de Montalegre não estava representado, não havia compromisso de se pagar nada.

Disse que o aterro tem que ser repensado pois está sobredimensionado.

Sobre o lixo que vem do Vale do Ave, disse que este depósito tem sido bastante lucrativo para o aterro.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.4 – Associação Promotora do Ensino de Enfermagem em Chaves / Relatórios e Contas relativo ao exercício económico de 2006 / Para conhecimento.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve inscrições.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.5 – Região de Turismo do Alto Tâmega e Barroso / Documentos de Prestação de Contas relativos ao exercício de 2006 / Para conhecimento.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve inscrições.

A Assembleia tomou conhecimento.

5 – Período Após a Ordem do Dia

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público tendo-se inscrito para intervir o Sr. José Maria Gomes.

O Sr. José Maria Gomes perguntou qual o vencimento da direcção e dos funcionários do Matadouro. Perguntou ainda se a Câmara Municipal de Montalegre é accionista.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu dizendo que vai haver uma Assembleia Geral do Matadouro e que as questões colocadas podem ser lá esclarecidas.

Disse que as acções do Matadouro vão ser postas à venda e que as coisas estão bem encaminhadas para que as pessoas comprem as acções sem restrições.

Realçou que o Matadouro tem feito um esforço muito grande pois iniciou a sua actividade com um dívida muito elevada e que tem os mesmos problemas das grandes empresas.

Foi lida, em voz alta, a minuta desta acta que, posta à consideração, foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão.

O Presidente da Assembleia

O 1º Secretário

O 2º Secretário

